GOVERNO

Lula afunila lista dos nomes para ministério

Presidente prioriza escolha de quem ocupará Fazenda, Planejamento, Educação e Desenvolvimento Social, e pretende anunciar os novos titulares até dezembro. As demais pastas vêm depois e dependem da negociação do espaço que o Centrão reivindica

» ARMANDO HOLANDA

A disputa por espaço na Esplanada dos Ministérios começa a ganhar contornos nos bastidores do governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende anunciar, até a primeira semana de dezembro, os primeiros integrantes da equipe que o acompanhará no quarto mandato. Segundo aliados ouvidos pelo **Correio**, a prioridade é fechar os comandos da Fazenda, do Planejamento, da Educação e do Desenvolvimento Social. A escolha dos nomes, porém, vai além da distribuição de cargos: Lula quer usar as primeiras indicações para dar sinais sobre o perfil político e administrativo do quarto governo, antes de abrir a porteira das negociações com o Centrão.

A Fazenda concentra as atenções. Entre os nomes que circulam nas conversas, estão o de Rafael Fontelles, governador reeleito do Piauí e que tornou-se um dos xodós de Lula por ter trabalhado intensamente pela vitória do presidente sobre Flávio Bolsonaro; o do vice-presidente Geraldo Alckmin, que acumularia a pasta como forma de dar uma sinalização que tranquilizasse o mercado, ainda reticente sobre um ajuste efetivo das contas públicas; o de Fernando Haddad, derrotado na disputa pelo governo de São Paulo e que poderia retornar à pasta também como uma demonstração de que não haverá sustos nem soluções heterodoxas; e o de Dario Durigan, que se manteria à frente do ministério e continuaria o trabalho começado por Haddad e acompanhado por ele desde quando era secretário-executivo. (**Leia mais na página 3**)

A definição da Fazenda é tratada como uma das mais delicadas pelo entorno presidencial, sobretudo pelo peso que a escolha terá na sinalização da política econômica. Lula também avalia quem assumirá o Planejamento, pasta para a qual são consideradas as seguintes hipóteses: a manutenção de Bruno Moretti, que na semana passada apresentou no Congresso o plano de ajuste fiscal; Miriam Belchior, que comandou a pasta no primeiro governo de Dilma Rousseff; e Aloizio Mercadante, atualmente presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A intenção é formar uma equipe com interlocução direta com o presidente e alinhamento sobre as prioridades fiscais, orçamentárias e de investimento do próximo mandato.

Na área social, a disputa também movimenta aliados próximos ao petista. Gleisi Hoffmann e Simone Tebet — derrotadas, respectivamente, na disputa de vagas ao Senado pelo Paraná e por São Paulo — aparecem nas conversas para o Desenvolvimento Social, ministério responsável por programas de transferência de renda e políticas de combate à pobreza. A eventual escolha de uma das duas também entraria no cálculo de acomodação de integrantes do atual governo. Na Saúde, Alexandre Padilha é considerado praticamente confirmado, condição que facilita o trabalho de Lula de redesenhar as demais posições.

A Educação, por sua vez, permanece como uma das principais indefinições. Izolda Cela, Cid Gomes e Luizianne Lins, todos do Ceará, estão entre os nomes avaliados pelo presidente. A escolha envolve não apenas o perfil de quem assumirá a pasta, mas, também, o espaço político reservado aos aliados no novo governo. Lula pretende verificar as alternativas antes de fechar o primeiro pacote. A orientação é evitar que a disputa por cargos atrase a apresentação dos nomes considerados centrais para o início da gestão.

Manobra delicada

Enquanto tenta concluir a escalação das áreas econômica e social, Lula mantém em compasso de espera as tratativas com os partidos do Centrão. A distribuição de ministérios ao MDB, PSD, União Brasil, PP e Republicanos deverá ocorrer em uma segunda etapa, depois de conversas com as respectivas direções partidárias. O presidente pretende se reunir com Gilberto Kassab, comandante do PSD, e Marcos Pereira, presidente do Republicanos, para discutir a participação das legendas na Esplanada. O Palácio do Planalto quer vincular a concessão de espaços ao compromisso de apoio às propostas do Executivo na Câmara e no Senado.

A favor dessas conversas está o fato de que, tanto na Câmara quanto no Senado, o Centrão encolheu e perdeu espaço para o PL. Apesar do tamanho do partido de Jair Bolsonaro — 121 deputados federais e 29 senadores a partir da próxima legislatura —, a legenda não consegue, sozinha, barrar propostas do governo ou fazer andar as que lhe interessam se não se associar com outros partidos. O Palácio do Planalto pretende jogar pesado. A moeda da negociação que fará PSD, PP, Republicanos, União Brasil e MDB entrarem na órbita do governo são cargos no primeiro e no segundo escalão.

O PSD trabalha para preservar o controle da Agricultura e ampliar sua influência sobre áreas de infraestrutura. Kassab tem lembrado a interlocutores do Palácio que a sigla optou pela neutralidade no segundo turno presidencial, liberando os diretórios estaduais — apesar de Ronaldo Caiado, ex-governador de Goiás e presidenciável do partido no primeiro turno, ter explicitado apoio a Flávio Bolsonaro.

O Republicanos também quer ampliar sua participação no Executivo. A legenda, que comandava o Ministério dos Portos e Aeroportos, chegou a ser mencionada nas conversas sobre Relações Institucionais, mas a possibilidade enfrenta resistência dentro do PT. Os petistas não abrem mãos da manutenção do controle da chamada cozinha palaciana, responsável pela interlocução cotidiana com o Congresso.

Essa é, justamente, a dificuldade dessa arquitetura do primeiro escalão: para o Lula 4, o Centrão rejeita a alocação em ministérios considerados periféricos, ainda que leve uma ou outro de maior visibilidade. Mesmo no atual governo, antes do período pré-eleitoral, emitiu sinais de que os partidos que compõem o bloco querem fazer parte da articulação política — ou seja, reivindicam uma sala no Palácio do Planalto. O argumento é que, com um Congresso de maioria bolsonarista a partir de 2027, um ministro saído do PP, do Republicanos, do União, do MDB ou do PSD facilitaria muito a interlocução com os integrantes não radicais do PL. E, de bônus, ainda teriam a capacidade de conversar com aqueles parlamentares que até integram as legendas do Centrão, mas que sempre votaram com os bolsonaristas.

Muitos nomes, poucas cadeiras



Acordo e citação a herói filipino

» RAPHAEL PATI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, em Manila, dois acordos para facilitar o comércio agrícola e fortalecer o combate a práticas anticoncorrenciais entre Brasil e Filipinas. Os dois memorandos de entendimento foram firmados após reunião com o presidente filipino, Ferdinand Marcos Júnior.

Nos últimos anos, Brasil e Filipinas vêm aprofundando a agenda de cooperação bilateral. Em 2026, foi anunciada a assistência técnica para o fortalecimento da indústria canavieira do país asiático. Os países também buscam estabelecer novas parcerias em pesquisas agropecuárias. Os negócios bilaterais movimentam, atualmente, cerca de US$ 3 bilhões.

No encontro, Lula citou o herói da independência filipino, José Rizal, um símbolo da luta contra o colonialismo, ao referir-se à sua reeleição, em outubro. "No último dia 25, diante do extremismo e de tentativas de ingerência externa, o povo brasileiro escolheu a soberania, a democracia e a justiça social. Escolheu não abaixar a cabeça quando pôde levantá-la, como escreveu o herói filipino José Rizal", lembrou.

Antes da reunião bilateral, o presidente e a primeira-dama Janja visitaram a Catedral Metropolitana de Manila e entregaram uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, que foi doada pelo Santuário Nacional de Aparecida às Filipinas — maior país católico do Sudeste Asiático, com cerca de 85 milhões de devotos.

Rouquidão

Na participação como convidado da Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), Lula cancelou o pronunciamento que faria aos representantes dos países do bloco devido à rouquidão. O presidente desembarca amanhã na Espanha, onde se encontrará com o primeiro-ministro Pedro Sánchez. Na pauta, o apoio ao chefe do governo do país europeu, que vai às urnas dia 29, e o oferecimento de alguma ajuda para impedir que a direita e a extrema-direita conquistem maioria no parlamento.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) apontam que, entre outubro de 2025 e outubro de 2026, as exportações brasileiras para a Asean cresceram 35%, e chegaram a US$ 3,3 bilhões no mês.

No acumulado do ano, também há uma variação positiva de 10% nas vendas para as nações do bloco, que representaram 6,8% de todos os produtos exportados pelo Brasil nesse período. Além disso, também há um crescimento das importações no mês passado, quando houve uma expansão de 25%, ao atingir US$ 1,2 bilhão.

A visita de Lula tem o objetivo de ampliar a parceria com a Asean. Em janeiro, o Ministério das Relações Exteriores enviou um pedido para ampliar o relacionamento com o bloco, de "parceiro de diálogo setorial" para "parceiro de diálogo", que representa o nível mais alto de engajamento. Se for aceito o convite, o Brasil se junta a outros países como Estados Unidos, Japão, Canadá e Coreia do Sul, que também têm esse título.

Ricardo Stuckert/PR



Janja e Lula foram à Catedral da Imaculada Conceição e homenagearam a padroeira do Brasil. As Filipinas são o maior país católico do Sudeste Asiático

> **No último dia 25, diante do extremismo e de tentativas de ingerência externa, o povo brasileiro escolheu a soberania, a democracia e a justiça social. Escolheu não abaixar a cabeça quando pôde levantá-la, como escreveu o herói filipino José Rizal"**
>
> ***Presidente Lula,*** *no encontro com o presidente filipino Fernand Marcos Júnior*